

## A Economia das “Rendas”

A conjuntura económica, nacional e internacional, mantém-se preocupante. A procura interna na Zona Euro continua incapaz de arrancar, travada pela estagnação alemã e pelo crescimento modesto da maior parte dos restantes países. No Japão, o marasmo dura já há uma década e apenas os EUA e o Reino Unido mantêm o dinamismo embora ameaçados por desequilíbrios financeiros, que vão desde o défice da balança de transacções correntes americana até aos riscos associados à quebra dos activos financeiros (que poderá não ter terminado) e do mercado imobiliário (que poderá estar para começar).

É evidente que a solução para o dilema não pode continuar a assentar apenas na expansão do consumo americano, que rapidamente se encaminha para absorver toda a poupança mundial. No entanto, as previsões mais recentes da Comissão Europeia mostram que a procura interna da Zona Euro continua estagnada (com a da Alemanha a cair), enquanto a dos EUA e do Reino Unido continua a expandir-se. O seu crescimento acumulado entre 1995 e 2003 é de 17,1% na Zona Euro, 6,8% na Alemanha, 33,6% nos EUA e 31,9% no Reino Unido.

Que a política económica da Zona Euro tem de mudar parece uma questão de meridiana clareza. Que estejam reunidas as condições políticas para o fazer – em particular na Alemanha – é bastante mais duvidoso, com ou sem alargamento da UE, com ou sem conflitos geo-estratégicos.

E Portugal no meio disto? A procura interna em Portugal deverá crescer 0,5% entre 2000 e 2003, sendo de 27,5% a expansão acumulada entre 1995 e 2003. Para a Espanha, nos mesmos períodos, os valores são de, respectivamente, 7,4% e 32%. O facto de, com um crescimento superior da procura interna, a balança de transacções correntes espanhola ter sofrido uma deterioração (de equilíbrio em 1995 para um défice previsto de 2,6% do PIB em 2003) muito menor que a portuguesa (de -2,9% para -6,6%) é um indicador, entre muitos outros, da perda de competitividade da economia portuguesa.

A contradição que, em Portugal, tende a existir entre a expansão da procura interna e a competitividade deve constituir o cerne de preocupação da política económica, cuja subordinação aos múltiplos ciclos eleitorais está em boa medida na sua origem. A esta consideração de curto/médio prazo junta-se, porém, uma outra mais duradoura e insidiosa. Ao longo dos séculos, desde as Descobertas, as classes dirigentes portuguesas têm acreditado mais na sua capacidade de cobrar/apropriar “rendas” provenientes do exterior (colónias,

emigração, UE) e de as distribuir entre grupos de interesses, variáveis com as conjunturas políticas, do que nas capacidades de inovação, criação e produção do país.

Este é o traço que caracteriza um país “rentier”, ou seja, aquele que vive de recursos externos ou da exploração de um recurso natural poderoso (e subtraído às forças do mercado) como o petróleo. Não me parece que exista um termo em português que designe aquele que vive de rendas, definidas estas não como a remuneração normal da propriedade, mas como um rendimento sistematicamente superior ao que, em condições normais de mercado, recompensaria o trabalho ou o capital investido. Não se trata aqui de especulação – um termo muito vilipendiado entre nós – porque a obtenção de uma renda não envolve risco, mas sim a capacidade de exercer influência sobre a legislação, a regulação da economia, ou os órgãos do poder, por forma a obter esses rendimentos.

O “rent-seeking” (outra expressão que estranhamente ainda não encontrou equivalência em português, talvez porque se desenvolve melhor na opacidade e não há nada mais opaco que um conceito ainda não verbalizado) não é um exclusivo dos proprietários, ou dos “capitalistas”. Ele atinge todas as camadas que podem obter privilégios graças à influência que detêm sobre o poder político. O seu efeito é, por isso, tanto maior quanto mais fraco e menos transparente este fôr, sendo um dos problemas do sistema político criado após o 25 de Abril o ter-se preocupado tanto em retirar o poder aos “monopolistas” antigos (bem arrimados ao Estado) que acabou por deixar este à mercê de toda a sorte de interesses que têm mais a ganhar em defender os seus privilégios do que em preocupar-se com a competitividade do país.

Este não é um problema de esquerda/direita, mas sim de concepção do poder político. Acontece, todavia, que quem paga os maiores custos são os que não têm poder para se organizar, em nome de alguns dos quais optámos por um poder fraco: desde os empresários que apostaram em sectores expostos à concorrência (os que podem servir de motor do desenvolvimento), aos trabalhadores, levados pela retórica dos aumentos salariais e das despesas públicas, que assistiram à distribuição dos fundos para a formação profissional como uma simples renda que não exigia contrapartida, e que agora enfrentam o desemprego porque a economia não consegue responder ao enquadramento do mercado único.

É tempo de deixarmos de questionar os lucros e de criarmos condições para controlar os “rentiers”. Esse é o sentido necessário das reformas estruturais que até agora não têm feito mais que redistribuir (e, em geral, acrescer) os privilégios.

Teodora Cardoso

22 Abril 2003